



A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS LÉSBICAS ATRAVÉS DOS GRUPOS POLÍTICOS: UMA LUTA CONTRA O APAGAMENTO HISTÓRICO DAS MULHERES HOMOSSEXUAIS

*Núbia Carla Campos**

Resumo

O artigo se propõe a apresentar a atuação social das lésbicas na luta por visibilidade e direitos. Considera que o apagamento histórico das lésbicas e sua invisibilidade, mais que um mero acaso, é uma forma de manutenção da norma social da heterossexualidade mantida pelo sistema patriarcal. Assim, em contrapartida à heterossexualidade compulsória, a organização lésbica se inicia no Brasil em 1979 e se mantém até a atualidade. O movimento de lésbicas surgiu entre os movimentos sociais pós ditadura, e com o passar das décadas passou por diversas transformações na sua relação com o Estado. Desde seu surgimento e ainda atualmente, atua de forma autônoma, mas em diversos momentos de forma conjunta com os movimentos feminista e LGBT.

Palavras-chave: Movimento de lésbicas no Brasil. Participação Social de lésbicas. Movimento LGBT. Identidade lésbica.

* Advogada, formada pela Universidade Mackenzie-SP e mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Email para contato: nubia_carla_86@hotmail.com.



Introdução

O presente artigo foi baseado a partir da realização de um estudo maior sobre o movimento de lésbicas¹ no Brasil. Realizado a partir da cidade de São Paulo, onde o movimento oficialmente se iniciou, pretende contribuir para os estudos sobre movimentos sociais, no que toca o movimento de mulheres² homossexuais no Brasil.

As pesquisas sobre a homossexualidade feminina no Brasil ainda são escassas e a maioria do material produzido sobre o movimento LGBT não destaca o protagonismo e as especificidades das lésbicas. Assim, a tarefa de pensar a trajetória das lésbicas como movimento autônomo no Brasil tem o condão de colaborar para a construção da memória dessa história de participação e construção social, pois, afinal, como sabiamente elucidou-nos Tania Navarro Swain, “o que a história não diz, não existiu” (2000).

O apagamento da existência da homossexualidade feminina promovido pela sociedade patriarcal acaba por distorcer não apenas a história e experiência das mulheres homossexuais, mas também das mulheres heterossexuais (RICH, 2010). Isso porque o caráter antifeminista do apagamento histórico de lésbicas fica evidente quando a pressuposição da heterossexualidade de todas as mulheres se choca com a máxima do movimento feminista que defende o

¹ A utilização da palavra lésbica segue a nomenclatura utilizada atualmente pelo movimento de lésbicas, LGBT e nas políticas públicas brasileiras.

² Em vários momentos utilizei a nomenclatura de mulheres homossexuais ou homossexualidade feminina, porém, destaco que há posicionamento de escritoras lésbicas reconhecidas internacionalmente que dizem que a lésbica é o único conceito “que está além das categorias de sexo (mulher e homem), pois o sujeito designado (lesbiano) não é uma mulher, nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente”. Apesar desse posicionamento, socialmente, quando a lésbica é vista como uma mulher sofre múltiplas opressões relacionadas ao gênero e à sexualidade, separadamente, além das opressões ligadas à classe social, raça, cor da pele, entre outras.



direito da mulher sobre seu corpo e suas escolhas. Assim, através de processos de construção e reconstrução do movimento e das identidades das mulheres homossexuais, bem como da breve análise da trajetória percorrida, pontuamos a participação social das lésbicas através dos grupos e sua dinâmica na luta de direitos.

Durante a pesquisa, focamos na questão da afirmação das lesbianidades³ como ato de resistência em relação aos padrões sociais impostos e exigidos das mulheres, bem como na relação do movimento de lésbicas com os movimentos homossexual e feminista.

Em relação ao campo da pesquisa propriamente dito, esclarecemos aos leitores que o estudo teve como base alguns poucos trabalhos de pesquisa bibliográfica existentes sobre o tema, conjuntamente com a análise de jornais, boletins e relatórios de eventos produzidos pelos grupos de lésbicas durante o período analisado. Também, através da realização de entrevistas com ativistas, buscamos captar os discursos, demandas e trajetória das lutas por direitos dentro do movimento de lésbicas no Brasil.

Ressaltamos, portanto, que o engajamento político das atrizes sociais entrevistadas evidenciou discursos não neutros e que nossa posição também será apresentada com embasamento nas teorias lésbicas e feministas, através da crença de que a voz de mulheres homossexuais no Brasil não pode ser mais negada ou silenciada, como tem sido ao longo dos séculos.

³ Por diversas vezes chamaremos “lesbianidades”, no plural, por entender que as identidades lesbianas assim como todas as identidades sexuais e políticas guardam variações.



Dos movimentos de lésbicas

O movimento de lésbicas pelo mundo surgiu paralelamente aos movimentos feminista e homossexual⁴. Conjuntamente com outros movimentos populares, sustentou-se no tripé identidade, sexualidade e cidadania, com a busca do direito ao livre exercício das escolhas sexuais individuais.

A busca da autonomia dos grupos de lésbicas surge em decorrência das expressões do machismo, da misoginia e da dominação masculina dentro do movimento homossexual. Os grupos mistos, portanto, configuraram-se mais um espaço de disputa e de invisibilidade para as mulheres homossexuais.

Segundo Guilherme Silva de Almeida,

a tendência majoritária é a de conformação de grupos formados exclusivamente por mulheres. A opção pelos grupos exclusivos, relaciona-se à crítica da relação que as lésbicas mantiveram com gays no interior de grupos mistos, onde as primeiras eram muitas vezes obscurecidas pelos interesses dos últimos (2005, p. 81).

No movimento feminista, por sua vez, as lésbicas militantes passam a ter cada vez menos identificação com os grupos, pois, ao mesmo tempo em que as lésbicas contribuía muito ativamente para a construção do movimento e das pautas feministas, as mulheres heterossexuais se mostravam muito resistentes

⁴ Atualmente o movimento é chamado de LGBT, sigla também utilizada pela coordenação de promoção dos direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, bem como em outras diversos programas de políticas públicas, com a representação das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. No entanto, ante o surgimento de pessoas que se reivindicam transgêneras, mantivemos a representação do “T” como o englobamento de travestis, transexuais e também de transgêneras, que de certa forma representa as pessoas que não se encaixam nos padrões de gênero existentes. Salientamos que as políticas públicas não englobam o termo transgêneras, bem como há controvérsias dentro do movimento acerca da utilização do termo. Neste artigo, muitas vezes utilizarei também o termo genérico “movimento homossexual”, termo utilizado quando o movimento surgiu.



às lutas por causas lésbicas, principalmente no tocante ao questionamento da heterossexualidade como sistema de opressão para as mulheres.

O cenário de grande divergência das lésbicas dentro dos dois movimentos propiciou que o movimento de lésbicas buscasse sua autonomia, e isso ocorreu em âmbito mundial. Jules Falquet (2013), conta-nos que as múltiplas ideologias dos grupos de lésbicas tornam difícil uma definição únivoca do movimento, mas indica as principais vertentes existentes, sendo elas: lésbicas radicais, lésbicas separatistas e lésbicas feministas, das quais falaremos a seguir.

...as lésbicas radicais

As lésbicas radicais entendem que a heterossexualidade não é apenas uma norma social, mas uma política de dominação da classe dos homens em relação às mulheres e deve, portanto, ser derrubada. Dessa forma, consideram que o fato de as lésbicas não serem apropriadas privadamente pelos homens não impede que haja a sua apropriação coletiva. Assim, as lésbicas radicais têm uma atuação marcada pela sua separação bastante importante da chamada “cultura dos homens”, com a busca de uma criação da cultura lésbica e preservação de espaços para as lésbicas e mulheres, sem o intercâmbio de tais espaços com homens. A influência desta corrente de autonomia lésbica foi muito relevante, tendo fomentado a formação de grupos de lésbicas pelo mundo todo.



...as lésbicas separatistas

Embora tenha expressões diversas em diferentes locais, a ideia do separatismo é da criação de uma Nação Lésbica⁵, ou seja, que as lésbicas constituam uma nação completamente separada da chamada cultura masculina e heterossexual. Assim, houve, na história, a criação de espaços comunitários somente de lésbicas, chamados de “comunas” em casas ocupadas ou casas no campo. A organização de festivais de cinema, música e artes em geral como espaços de sociabilidade e luta política também fazem parte da atuação das separatistas. (*The Furies*, 1972).

...as lésbicas feministas

As lésbicas feministas são aquelas que criticam o feminismo heterossexual e sua falta de reflexão acerca da heterossexualidade, bem como apostam na solidariedade política das mulheres e na convergência de todas contra o heteropatriarcado (GREEN, 1997). Elas têm uma crítica tanto da sexualidade em seu conjunto, como da heterossexualidade enquanto sistema político dentro do sistema patriarcal, racista e classista que impera sobre as mulheres. Porém, continuam a viver nesse sistema, com o intuito de trabalhar para modificá-lo a partir de um espaço construído pela amizade e cultura das lésbicas. Trata-se, de alguma forma, de um “separatismo ideológico”, visando o fortalecimento das lésbicas e disseminação de sua cultura para a mudança dos espaços dominados pela heteronormatividade, sexismo, lesbofobia e racismo. Há, portanto, o intercâmbio das lésbicas feministas com os outros grupos

⁵ O termo aqui foi utilizado de acordo com a ideia levantada pela feminista radical Jill Johnston, em seu livro *Nação Lésbica: A Solução Feminista*. No livro, a autora argumenta em favor do separatismo lésbico, defendendo que as mulheres devem fazer uma ruptura total com os homens e instituições capitalistas dominadas por homens, considerando a heterossexualidade feminina era uma forma de colaboração com o patriarcado.



oprimidos, como, por exemplo, das pessoas *gays*, trans⁶, negras, indígenas, mulheres heterossexuais e bissexuais, na luta contra as opressões sociais como um todo. No Brasil, o movimento tem caráter predominantemente feminista e segue a vertente aqui descrita como “lésbicas feministas”⁷.

Breve relato do movimento de lésbicas no Brasil

O movimento de lésbicas no Brasil se iniciou a partir do grupo Somos/SP, grupo criado em 1979, conjuntamente com os homossexuais masculinos. Internamente, surgiu um subgrupo que foi chamado de Lésbico Feminista, que, devido a conflitos internos dentro do Somos/SP, tornou-se o Grupo Lésbico Feminista em 17 de maio de 1980, o primeiro grupo autônomo de lésbicas do Brasil. Posteriormente, as militantes que eram deste primeiro grupo criaram o Grupo de Ação Lésbica Feminista, GALF, que se estendeu de 1981 a 1989 em São Paulo, com integrantes que fizeram parte do Somos/SP e do grupo Lésbico Feminista.

Após o surgimento do primeiro grupo, o Lésbico Feminista, nos anos e décadas seguintes, surgiram outros diversos grupos que atuaram na defesa dos direitos das lésbicas e na luta contra a violência, sendo que alguns deles atuam até a atualidade. Aqui, citaremos alguns deles: Grupo Terra Maria Opção lésbica/SP, Grupo Iamaricumas/RJ, Grupo Libertário Homossexual/BA, Grupo Terceira Dimensão/RS, Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas/RS, Coletivo de

⁶ O uso do “*” refere-se à inclusão das pessoas trans não binárias.

⁷ Salientamos que o fato de não termos encontrado registros de outros grupos ou documentos que se refiram a eles não significa que não tenham existido, apenas que não tivemos acesso à documentação que nos que nos possibilitasse estudá-los. O que pretendemos é colaborar para escrever a história do movimento de lésbicas no Brasil, sendo que de forma alguma com este trabalho esgotaremos a questão do resgate histórico do movimento de lésbicas do Brasil.



Feministas Lésbicas/SP, Rede Um Outro Olhar, Grupo Deusa Terra/SP, Grupo Afins/Santos/SP, Grupo Lésbico da Bahia/BA, Estação Mulher/SP, Movimento D´ellas/RJ, Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro/RJ – COLERJ, Associação Lésbica de Minas – ALÉM/MG, Stillus – pela livre orientação sexual feminina/PR, Grupo Umas e Outras/SP, Movimento de Lésbicas de Campinas–MOLECA, Liberdade no Amor entre Mulheres do Ceará – LAMCE.

Alguns desses grupos tiveram atuação bastante expressiva e foram responsáveis pela edição de boletins e revistas com conteúdo que variava de informações sobre o movimento nacional e internacional, sobre as atividades desenvolvidas pelos grupos, divulgação de textos, poesias, etc. Destacamos entre eles o Boletim Chanacomchana (publicação pelo GALF de dezembro de 1982 até maio de 1987), Boletim, Revista e site Um Outro Olhar (publicado pela Rede Um Outro Olhar de 1987 a atualidade, Boletim Visibilidade (publicado pelo COLERJ nas décadas de 80 e 90), Boletim Iamaricumas (publicado pelo Iamaricumas/RJ), Boletim Xereca (publicado por militantes independentes do Rio de Janeiro), Boletim Amazonas (publicado na década de 1990 pelo Grupo Libertário Homossexual/BA), Boletim Folhetim (publicado pelo movimento D´ellas/RJ), Boletim Gem (publicado pelo grupo Estação Mulher), Boletim Deusa Terra (publicado pelo grupo Deusa Terra), Revista Femme (publicado pelo grupo Afins, na década de 1990), Boletim Ponto G (publicado pelo grupo lésbico da Bahia), boletim Lesbértaria (publicado por lésbicas feministas/SP), Sobre Elas (2006) e Entre Elas (2008).

Podemos destacar que os grupos surgiram seguindo a onda mundial dos movimentos sociais, sendo que o movimento de lésbicas no Brasil começa a se estruturar com força contestatória e libertária e não institucionalizada. Num



segundo momento, os grupos de lésbicas, assim como outros grupos, aderem ao formato das ONG's. Tais ONG's, em geral, passam a atuar em uma lógica bem diversa dos grupos informais de antes, priorizando trabalhos em parceria com o Estado ou com empresas (COUTINHO, 2005).

Assim, há uma apropriação de lugares de poder nas políticas públicas e nos trabalhos com matérias de direitos humanos, principalmente em relação à saúde e educação pelos grupos de lésbicas (ALMEIDA, 2005). As ONG's, passaram a ter tendências que se marcam em uma defesa da orientação sexual, da tolerância e dos direitos civis, lutas que reforçam as liberdades individuais, bem como garantem um acesso a programas governamentais na área de saúde, para a execução de projetos com lésbicas. Assim, a partir de 1990, a organização do movimento se dá de forma diversa e começa a ocupar o cenário brasileiro de forma menos isolada (MESQUITA, 2008). Ainda, importante ressaltarmos a epidemia da AIDS, chamada àquela época de peste *gay*, teve um poder de desmobilizar os grupos, bem como de suas propostas de libertação sexual e dos corpos. Ao invés disso, muitas lideranças acabaram voltando sua luta para a prevenção da AIDS, bem como para o cuidado daquelas pessoas já infectadas, o que também ocorreu com o movimento de lésbicas (FACCHINI, 2005).

Se a década de 1980 foi marcada fortemente pela questão de gênero e a lesbianidade encarada como instrumento de luta contra o heteropatriarcado e machismo, na década de 1990, os grupos de lésbicas passam a interagir com os grupos LBGT's de forma mais integrada, como por exemplo na organização das paradas LGBT's que passam a acontecer no Rio de Janeiro, em São Paulo e posteriormente em várias outras cidades brasileiras. (MARTINHO, 2009).



Destacamos a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, a ABGLT, em 1995, com a participação de lésbicas e grupos de lésbicas (FACCHINI, 2005).

Em 1996, ocorreu o I Seminário Nacional de Lésbicas – SENALE, ocasião em que houve um primeiro evento de âmbito nacional somente de lésbicas, com o financiamento integral do ministério da saúde, através do programa de prevenção de AIDS. Os espaços dos SENALES são ditos como de formação das lésbicas, principalmente na questão da saúde e visibilidade para o fortalecimento de grupos locais e regionais, no sentido de cobrança de políticas públicas dos governos (MESQUITA, 2008, p.15). Os seminários nacionais continuaram a ocorrer pelo Brasil até a atualidade, sendo que em 2014 aconteceu o VIII SENALE na cidade de Porto Alegre/RS.

Podemos destacar ainda que a partir da década de 2000, os grupos virtuais passaram a ser também espaços de conscientização e discussão política, com a formação de redes nacionais e até internacionais, com grande influência na atuação do movimento de lésbicas no Brasil.

Uma rede muito importante é a Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, que foi fundada no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre/RS. Ela é uma rede de lésbicas de âmbito nacional, com atuação política até os dias de hoje. A carta de princípios da LBL diz

que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anti-capitalista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual”. É um movimento que se soma a todos os movimentos sociais que lutam e acreditam que um outro mundo é possível, segundo os princípios listados nesta carta.² A LBL é uma articulação de



grupos, entidades, movimentos, lésbicas e bissexuais autônomas / independentes que dela participem.

Os coletivos informais também passam a surgir novamente, em contraposição às ONG's que surgem na década de 1990, num movimento de busca da autonomia do movimento e seu desligamento total dos aparelhos do Estado. Porém, se no início do movimento de lésbicas e LGBT o Estado é visto como oponente dos direitos civis, atualmente, pode ser visto como defensor e garantidor de tais direitos, por intermédio do poder judiciário, através de decisões judiciais, bem como através do poder executivo.

Em 2008, por exemplo, o governo federal convocou os movimentos sociais para a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que aconteceu em 05 a 08 de junho de 2008, em Brasília, ocasião em que o "L" passa a ficar na frente da sigla LGBT, como reivindicação de visibilidade para as lésbicas dentro do movimento, bem como padronização em relação às siglas internacionais. (FACCHINI, 2009, p. 140).

O Estado passa a atuar conjuntamente com os movimentos LGBT's em geral, com a presença marcante das lésbicas, para a construção de políticas públicas para a população LGBT, com o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, baseado na sistematização das recomendações da Conferência. Ainda, em 2009, foi criada a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, dentro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Assim, a coordenação de Políticas Públicas passa a ser de âmbito nacional.

Em 2011, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, um órgão colegiado que conta com 15 pessoas da sociedade civil, dentre elas



lésbicas, bem como com quinze pessoas do governo. Os conselhos também foram e estão sendo criados em vários estados e municípios, para exercício do controle social estatal, através da fiscalização de ações de atendimento à população LGBT promovidas pelo Estado, seguindo diretrizes da Constituição Federal Brasileira e a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU.

As lésbicas e as dificuldades na relação com o movimento feminista

Os encontros feministas, nos âmbitos estadual, nacional ou internacional, foram um importante espaço para que lésbicas se organizassem. Nesses encontros, elas buscavam promover reuniões menores para trocas de informações, de contatos e, paralelamente, fortalecer o movimento de lésbicas.

Entre os anos de 1979 e 1981, especificamente nos I a III Congressos da Mulher Paulista, ficaram evidentes os conflitos entre o movimento de mulheres e feminista com as mulheres homossexuais organizadas. No entanto, os congressos também simbolizaram marcos de encontro entre os movimentos. Sobre a participação das lésbicas na organização do II Congresso da Mulher paulista, ocorrido em 1980, MacRae relatou que:

[...] a inclusão das lésbicas na comissão de preparação do II CMP não foi aceita tranquilamente pelas organizações envolvidas. Várias delas, mesmo as que se rotulavam como feministas, expressaram veladamente o receio que sua inclusão poderia afugentar as mulheres de periferia, que ainda seriam muito preconceituosas. [...] O grupo insistiu em afirmar a sua natureza lésbica e até chegou a comparecer a uma reunião de representantes de vários grupos feministas para exigir satisfações. As mulheres heterossexuais negaram que estivessem agindo com preconceito e a questão foi deixada de lado. (MACRAE, 1990, p. 248).



No decorrer dos anos, houve conflitos muito pautados em preconceitos e também encontros do movimento de lésbicas e do movimento feminista, sendo que em 2002, na Plataforma Política Feminista, aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, o movimento feminista se comprometeu oficialmente com a luta pelos direitos civis, sociais sexuais e reprodutivos de lésbicas (PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, 2002).

Sobre os caminhos dos movimentos feministas e das lésbicas, Tania Navarro-Swain (2002, s./p.), analisa que:

Se voltarmos o olhar, hoje, para os caminhos plurais do feminismo detectamos movimentos de cruzamento, de oposição ou de imbricação com o lesbianismo. Classificadas como radicais, separatistas, recusando os homens, e a dominação masculina, as lésbicas sempre atemorizaram as feministas, num medo despertado pelas imagens forjadas no cadinho dos enunciados do senso comum, cuja repetição criava a realidade: machonas, viragos, feiosas, mal amadas. [...] Enquanto feminista, como se aproximar ou trabalhar em conjunto como estes seres marcados, sem se contaminar, sem partilhar as nódoas e os insultos contra “aberrações da natureza”, “imitações de macho”?

A relação do movimento de lésbicas com o movimento homossexual

Entre os *gays* e as lésbicas, dentro do movimento organizado, há uma grande tensão, por causa do machismo dentro dos próprios grupos homossexuais. Apesar disso, a atuação desses movimentos continua a ser conjunta em muitos momentos, na luta contra a heterossexualidade compulsória, pelos direitos civis e contra a violência.

Historicamente, nos grupos mistos de *gays* e lésbicas, as diferenças entre a homossexualidade feminina e masculina foram sendo percebidas, uma vez que os homens são privilegiados socialmente em relação às mulheres, ainda que



sejam *gays*. Assim, a vivência das lésbicas em uma sociedade machista e patriarcal com padrões heterocêntricos, mostra-se peculiar serem mulheres e também lésbicas (PINAFI, 2011).

Transcrevemos abaixo uma nota publicada no Jornal Lampião da Esquina, em 17 de maio de 1980, na ocasião em que o primeiro grupo de lésbicas do Brasil, o Lésbico Feminista, separou-se do Somos/SP, primeiro grupo homossexual brasileiro, para demonstrar a relação entre os dois movimentos, à época:

São Paulo, 19 de maio de 1980.

Ao Movimento Homossexual: Em reunião geral no Mistura Fina, dia 17 de maio, o grupo Lésbico-Feminista separou-se do grupo Somos. Assumimos esta posição com base em experiências concretas de um ano de trabalho e através das quais acreditamos hoje, poder afirmar que: 1) a participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência feminista, essencial, a nosso ver, para o próprio M.H⁸. Dada a especificidade da discriminação que sofremos, enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos homens. As mulheres não podem descobrir o que têm em comum a não ser em grupos só de mulheres: 2) é falsa a ideia de que um grupo homossexual precise de lésbicas para levar a questão feminista. Sempre nos colocaram a necessidade de existirem mulheres no grupo para ensinar feminismo e apontar atitudes machistas. Acreditamos que a conscientização, embora em níveis diferentes para homens e mulheres, se dá da mesma forma, isto é, por meio de leituras, pesquisas e da reflexão contínua sobre a reprodução dos papéis heterossexuais de masculinidade e feminilidade. Acreditamos ainda que qualquer grupo realmente interessado em feminismo pode iniciar uma discussão sobre o tema, independente da participação das mulheres. Inclusive, a presença de lésbicas não só não implica numa postura feminista, como tampouco serve como uma estratégia de

⁸ M. H. é a abreviação de movimento homossexual, como era chamado à época o que atualmente chamamos de movimento LGBT.



combate ao machismo que todos reproduzimos: 3) os grupos formados exclusivamente por lésbicas ou bichas não dividem o M.H., pelo contrário, podem enriquecê-lo, apontando novas propostas na direção de um verdadeiro crescimento da consciência homossexual. A nossa atuação externa, participações em congressos e manifestações, vem demonstrar não haver qualquer empecilho no sentido de uma ação conjunta, desde que sejam preservados nossos objetivos e autonomia. Temos a oferecer, para troca de informações, uma prática de atividades, efetuadas desde maio de 79, que inclui contatos com outros grupos discriminados (grupo feminista) e um processo efetivo de aglutinação de mulheres homossexuais. Grupo Lésbico-Feminista. (Lampião da Esquina, ano 3, n. 25. Rio de Janeiro, jun. 1980, p. 8).

No decorrer das décadas, há muitas atuações de lésbicas separadamente e outras conjuntamente com o movimento chamado atualmente LGBT. As políticas públicas brasileiras são feitas para a população LGBT em geral e com a participação das lésbicas em espaços públicos cada vez mais atuante.

Considerações Finais

O movimento de lésbicas, acompanhando o movimento homossexual brasileiro, estrutura-se em torno de reivindicações identitárias, pautadas na política de visibilidade e ação social com força contestatória e libertária, em especial em sua primeira fase, na década de 1980. Em um contexto pós ditadura, de abertura política, o antiautoritarismo, a negação de hierarquias e de institucionalização dos grupos estavam bastante presentes, bem como a descrença de que os partidos políticos fossem um caminho possível para a transformação social. Nesta análise, verificamos que na década de 1980, o movimento autônomo de lésbicas ainda tinha uma presença muito tímida no



cenário brasileiro, apesar de terem havido grupos bastante atuantes em São Paulo.

Já na década de 1990, o movimento de lésbicas passa a ter um caráter mais institucionalizado, uma vez que os grupos se formalizaram, passando a ter uma relação com o Estado muito diversa. Os grupos passam a contar com o dinheiro público, inclusive, para que fossem feitas suas ações e eventos.

Verificamos, ainda, que a relação entre o movimento de lésbicas com o movimento homossexual, apesar da manutenção de uma atuação conjunta, abarca diversas tensões, por causa das especificidades das demandas lésbicas em relação às demandas dos homens *gays*. Em relação ao movimento feminista, também é notável uma atuação ainda conflituosa com as lésbicas, em especial nas décadas de 1980 e 1990. Apesar das convergências ideológicas e da questão do gênero ser um ponto comum para as lutas de feministas lésbicas e heterossexuais, as divergências e o preconceito ainda pautavam a relação por muito tempo.

Entendemos, no entanto, ser de fundamental importância que a história do movimento das lésbicas seja escrita e preservada, inclusive para que a experiência acumulada nas décadas passadas seja utilizada no movimento atual, ainda existente e atuante no Brasil.

Ainda, se faz necessário combater o apagamento da existência da homossexualidade feminina promovido pela sociedade patriarcal, que atualmente chamamos de invisibilidade lésbica. Tal silenciamento atenta contra os direitos humanos e sexuais de muitas mulheres que ainda sofrem diariamente discriminação e preconceito por causa de sua lesbianidade. O apagamento histórico, como já dito, atenta contra a autonomia das mulheres e



seu poder de escolha em relação aos próprios corpos, como nos ensinaram as teorias e práticas feministas.

Assim, quebrar o silêncio para contar a história do movimento político de lésbicas no Brasil, mais do que a preservação da memória lésbica e feminista, é também dar um passo importante para a percepção da necessidade de ampliação das políticas públicas específicas para mulheres homossexuais e sobre elas.

Nesse sentido, as políticas públicas não devem apenas ser voltadas à saúde da mulher homossexual, por exemplo, como têm sido feitas recentemente, mas também focadas em mudanças estruturais na formação social e educacional a respeito da liberdade das mulheres e suas escolhas em relação aos seus corpos. Dessa forma, visamos os direitos de todas as mulheres exercerem sua sexualidade livremente, sem preconceitos e estigmas, através do respeito à liberdade das mulheres e suas escolhas em relação aos seus corpos.

Para além de uma igualdade de gêneros e respeito à diversidade sexual reconhecidas nos diplomas legais, necessárias concretizações que tragam real mudança e impacto social, no sentido de conquistas de verdadeira liberdade para as mulheres contrariamente ao que dita a sociedade estruturada no sistema patriarcal. E o movimento de lésbicas avança nesse sentido no Brasil, com a manutenção da sua participação das mais diversas formas possíveis.



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, G. S. de. **Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids.** 2005, 344 p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ALMEIDA, G. S; HEILBORN, Maria Luiza. **Não somos mulheres gays: a identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras.** Revista Gênero/UFF. Niterói, v. 9, n. 1, p. 225–249, 2. sem. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt>

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo. Edição nº 01. Dezembro de 1992 a Edição nº 12. Fev/Maio de 1987.

BOLETIM UM OUTRO OLHAR. São Paulo. Edição nº 1. Ago/Out 1987 a Edição nº 9. Nov/Jan 1990.

BUNCH, Charlotte. **Lesbians in Revolt.** The Furies. Washington. Janeiro. 1972.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. **Plataforma Política Feminista.** 2002, Brasília. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/ppfcnmb.pdf>

COUTINHO, Joana. ONG´s: caminhos e (des)caminhos. **Lutas Sociais,** São Paulo, v. 13/14, 1º semestre, 2005.

FACCHINI, Regina. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no movimento LGBT brasileiro. **Revista Latino americana Sexualidad, Salud y Sociedad,** Rio de Janeiro, n.3, 2009, pp.54–81.

----- . **Somos – Grupo de afirmação homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil, Cadernos AEL: Homossexualidade, sociedade, movimento e lutas,** Campinas, v.10, n. 18/19, p. 79–123, 2003.

----- . **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **Breves resenhas de Algumas Teorias Lésbicas.** Tradução de Janaina Rossi. Buenos Aires: Herética edições lésbicas e feministas independentes, 2013.

FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia. **Linhas e Entrelinhas: Homossexualidades, categorias e políticas sexuais e de gênero nos discursos da imprensa gay**



brasileira. 275 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Sociologia, UFC, Ceará. 2014.

FERNANDES, Marisa. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos.** São Paulo. 07 e 09 de outubro de 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 3 v. V.1: A vontade de saber.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber.** São Paulo. Forense Universitária, 2012.

GREEN, James N. Desire and militancy: lesbians, gays, and the brazilian Worker's Party. In: DRUCKER, P. (Org.). **Different rainbows: same-sex sexuality and popular struggle in the third world.** London: Gay Men's Press, 2000a.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição zero Abril de 1978 a Edição nº 37. Junho de 1981

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição Extra 01. Dezembro de 1979.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição Extra 02. sem mês. 1980.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro. Edição Extra 03. sem mês. 1980.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. **Carta de Princípios.** I ENLBL, em 2004 e atualizada no II Encontro Nacional da LBL, em julho de 2007. Disponível em <http://lblnacional.wordpress.com/carta-de-principios>

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em Movimento: a criação de subjetividade (Brasil, 1979–2006).** Brasília. 2007.

LINDGREN, Yone. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos.** De Rio de Janeiro para São Paulo. 15 de outubro de 2014.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura.** Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. Em defesa do gueto. **Novos Estudos Cebrap**, Vol. 2, nº 1, 1983, pp. 53–60.

_____. **O militante homossexual no Brasil da abertura.** 1985. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1985.

MARTINHO, Miriam. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lésbica no Brasil.** 2012. Disponível em:



<<http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>>. Acesso em 15 jul. 2014.

----- **Livreto 19 de Agosto, Dia do Orgulho das Lesbianas no Brasil.** 28 de agosto de 2012. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/miriammartinho/19deagostolivreto>>. Acesso em 07 de outubro de 2014.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?** *Labrys, estudos feministas*, nº 1-2, jul./dez. 2002.

----- **O que é lesbianismo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

OLIVEIRA, Alice. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos.** São Paulo. 15 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, Alice. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos.** De Fortaleza para São Paulo. 08 de outubro de 2014.

PEREIRA, Neusa das Dores. **Entrevista concedida à Núbia Carla Campos.** Rio de Janeiro. 05 de outubro de 2014.

PINAFI, Tânia. **Conflitos, estigmas e discriminação: lésbicas e feministas em lutas por direitos nos anos de 1970 e 1980.** 2011. Disponível em: <<http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys20/brasil/pinafi.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

----- **Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do Movimento LGBT.** 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2011.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas: Estudos Gays, Gênero e Sexualidade*, Natal, n. 05, p. 17-44, jan/jun. 2010.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. Coleção História do Povo Brasileiro.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

WITTIG, Monique. **The straight mind.** In: *The straight mind and other essays.* Boston: Beacon Press, 2002.



----- . La categoría de sexo. In **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Egales: Madrid, 2006, p. 21–29.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: o Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, nº 5/6, 1996/1997, pp. 192–220.

--x--